

Recurso pode ser usado na meta fiscal

Venda dos direitos da União nas jazidas não contratadas do pré-sal pode ser contabilizada para redução do déficit, apontam especialistas

Por **Rafael Rosas e Fábio Couto** — Do Rio

30/05/2025 05h00 - Atualizado há 3 horas

A proposta do governo para vender petróleo de áreas não contratadas no pré-sal é encarada por economistas como uma tentativa de obter recursos de forma a se aproximar do limite inferior da meta de superávit primário. A receita a ser levantada com a venda dos direitos da União nessas jazidas pode contribuir para o resultado fiscal do governo federal, que este ano tem como meta o déficit zero, com tolerância de 0,25% do PIB para baixo ou para cima. Na prática, significa margem para déficit de até R\$ 31 bilhões.

Para João Pedro Leme, consultor da **Tendências**, a venda dos direitos da União em áreas não contratadas do pré-sal pode ser contabilizada para redução do déficit fiscal. E nessa conta, avalia, entra também a arrecadação de bônus de outorgas de concessão, como o leilão de petróleo que será realizado no dia 17 de junho pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). O certame vai ofertar cerca de 170 áreas, agrupadas em 16 setores, em seis bacias petrolíferas.

Outro caminho para o governo levantar recursos, aponta Leme, é o recebimento de dividendos de estatais e empresas listadas em bolsa nas quais possui participação acionária, como Banco do Brasil, Petrobras e Eletrobras.

A dúvida, porém, recai sobre o destino das medidas que envolvem o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). O governo projetava um aumento de R\$ 20,5 bilhões com a alta do imposto, mas teve que recuar em parte das alterações diante da repercussão negativa do mercado e dentro do próprio Planalto. No Congresso, a oposição pretende aprovar decreto legislativo, o que pode suspender a elevação do IOF, disse Leme.

O consultor explica que, se o aumento do IOF for derrubado pelo decreto legislativo, o congelamento de despesas subiria dos R\$ 31,3 bilhões previstos para cerca de R\$ 51 bilhões. “Pode ser uma medida de emergência, um plano B, afirma Leme.

O economista ressalta que, se o governo conseguir fechar 2025 sem déficit ou no piso da meta, será o segundo ano consecutivo no qual cumprirá o objetivo por medidas extras, não recorrentes, em vez de mudanças estruturais como o corte de despesas.

Para Josué Alfredo Pellegrini, economista da Warren Investimentos e ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), caso o decreto que elevou as alíquotas de IOF seja derrubado, cumprir a meta de 2025 será “desafiador”, com a possibilidade de encontrar fontes alternativas ou cortar despesas discricionárias. Mas para 2026, diz, o cenário é pior. “Em 2026 terá que mudar a meta mesmo com o IOF”, afirma.

Para 2026, a meta do governo é de superávit de 0,25% do PIB, com a mesma tolerância de 0,25 ponto percentual para cima ou para baixo, o que leva o limite inferior da meta para um déficit zero.

Nesse sentido, Pellegrini ressalta que faz sentido o governo “raspar o tacho” para buscar recursos em outras fontes - caso do projeto de lei que permite vender o petróleo de áreas não contratadas no pré-sal. Mas em 2026, diz, vai ser mais difícil conseguir cumprir uma meta “mais ambiciosa”. “Há mais problemas porque as despesas sobem, como o BPC [Benefício de Prestação Continuada] e as despesas de Previdência. E, com isso, as despesas discricionárias ficam mais apertadas.”